



Brasília, 26 de junho de 2025.

FASUBRA orienta a realização de duas paralisações de 48 horas – Julho 2025

A FASUBRA Sindical orienta que nos dias **15 e 16 de Julho e 29 e 30 de Julho organizemos paralisações de 48 horas**, intensificando as mobilizações nos hospitais universitários, hospitais veterinários e todos os demais setores administrativos e aqueles onde atuam os servidores e servidoras, técnico-administrativos em educação.

A pauta dessas paralisações é a mesma: Cumprimento integral do Termo de Acordo de Greve 11/2024, dando ênfase ao reposicionamento das/os aposentadas/os, a necessidade de que sejam contemplados/as na regra de transição com a aceleração da progressão por capacitação, conforme já aplicado para quem está na ativa; e pelo imediato pagamento do reajuste de 9% para segmentos médicos/as e médicos/as veterinários/as do PCCTAE.

A FASUBRA Sindical orienta que durante as duas paralisações, as entidades promovam atividades nos Hospitais Universitários para dialogar com usuárias e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) os motivos de nossa paralisação, demonstrando que, após uma longa greve em 2024, o governo federal ainda não cumpriu com o acordo de greve, além de desrespeitar o que foi estabelecido ao conceder um reajuste menor para os/as médicos/as e médicos/as veterinários/as. Para além disso, a realização dessas duas paralisações servir como termômetro para que o movimento sindical possa avaliar a capacidade de mobilização de nossa categoria em luta pelo cumprimento integral e correto do Termo de Acordo de Greve.

A FASUBRA orienta ainda sobre a necessidade de disputarmos a narrativa apresentada pelo governo de que a Federação tinha consentimento com o reajuste diferenciado para esses segmentos do PCCTAE. Durante essas duas paralisações, é importante que as entidades produzam materiais digitais (cards, vídeos, textos), explicando que é falsa a afirmação do Governo, e que a FASUBRA defende o pagamento do reajuste de 9% para todos os segmentos do PCCTAE, e que conforme rege a Lei 11091/2005, médicos/as e médicos/as veterinários/as fazem parte do PCCTAE.

EM JULHO INTENSIFICAREMOS A LUTA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

É importante incorporar nessa pauta de luta o tema da Reforma Administrativa que está em tramitação no Congresso Nacional a partir do Grupo de Trabalho (GT) na Câmara dos Deputados liderada agora pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), representando uma reedição

disfarçada da nefasta PEC 32/2020, apresentada por Paulo Guedes durante o governo Bolsonaro, cujo objetivo sempre foi precarizar o serviço público, enfraquecer o Estado e retirar direitos dos servidores e das servidoras.

É importante incluirmos na pauta das duas paralisações, a luta contra a Reforma Administrativa, de modo que as atividades contemplem ações que pautem o tema. Ações que busquem a articulação com as entidades locais que representam as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal, estadual e municipal; com os movimentos populares do campo e da cidade, bem como os movimentos estudantis e de juventude.

Sugerimos que a articulação com essas entidades sindicais, populares e estudantis, se traduza na constituição de **Fóruns Locais Contra a Reforma Administrativa**; de modo que o lançamento público desses Fóruns pode se configurar como uma das atividades de nossas paralisações.

A constituição desses Fóruns locais é de fundamental importância, para que possamos articular uma ampla luta contra a Reforma Administrativa, com panfletagens coletivas, atividades públicas, paralisações conjuntas e se for necessário, uma greve geral em defesa do serviço público no país.

Plebiscito Popular

Outro tema que pode compor o quadro de atividades da paralisação de 48 horas, se refere ao Plebiscito Popular. Organizar, em conjunto com a Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, atividades públicas sobre o tema, bem como utilizar os dias das paralisações para coletar votos para o Plebiscito dentro e fora dos Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino, será de fundamental importância para o fortalecimento da luta proposta pelo plebiscito que se traduz pelo fim da escala 6x1 e pela necessidade de que quem ganha mais de 50 mil reais por mês pague mais impostos de que quem ganha menos de 5 mil reais por mês.

Se com o Plebiscito Popular, conseguirmos contribuir com o avanço da tramitação dessas pautas no Congresso Nacional, avançaremos sobremaneira na qualidade de vida geral da população brasileira, além de termos um impacto direto na percepção salarial mensal da maioria das trabalhadoras e trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Públicas de Ensino.

Eixos centrais da Paralisação Nacional da FASUBRA de 48 horas nos dias 15 e 16 de Julho e 29 e 30 de Julho

Pelo imediato pagamento do reajuste de 9% para segmentos médicos/as e médicos/as

veterinários/as do PCCTAE

Pelo reposicionamento das/os aposentadas/os, e pela imediata aceleração da progressão por capacitação conforme já aplicado para quem está na ativa

Contra a Reforma Administrativa

FASUBRA ORIENTA PARTICIPAÇÃO NO PLEBISCITO POPULAR

A Plenária Nacional da Fasubra realizada nos dias 13 a 15 de junho, aprovou nossa participação no plebiscito popular para ouvir o povo brasileiro sobre o fim da escala 6x1 sem redução de salário, isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxação dos super-ricos, uma iniciativa das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

As figuras do plebiscito e do referendo estão previstas na Constituição Federal e são consultas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a Nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa, estando previstas no art. 14 da Constituição Federal e regulamentadas pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. Já tivemos plebiscitos oficiais, com destaque para 1963 e 1993 para decidir sobre o sistema de governo e, em 2005, um referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições.

Os plebiscitos populares são organizados pela sociedade, não têm o poder de lei, mas servem para pressionar o executivo e o legislativo para a solução de temas de interesse relevantes.

É importante que participemos colocando nossas entidades a serviço da organização e da mobilização, pois quanto mais elevado o quórum de votação, maior a possibilidade de alcançar os objetivos.

Estamos encaminhando o formulário de inscrição para credenciamento das entidades.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdDIIdfr7zDJODw0iuV1tBgV3wyrUrofKyUSR7EpR_cXPQ2a8Q/viewform?usp=header

Esse formulário é destinado às entidades: (movimentos populares, centrais sindicais e sindicatos, movimentos de juventude, partidos políticos, pastorais sociais, movimentos camponeses, organizações não governamentais, entidades gerais da sociedade civil).

CONTATOS:

SECRETARIA DO PLEBISCITO POPULAR 2025

_plebiscito.popular2025@gmail.com

SECRETARIA NACIONAL

Luma Vitorio (16) 98213-4214

Lucas Oliveira (11) 98631-6371

AUDIENCIA PUBLICA – REFORMA ADMINISTRATIVA

Na manhã desta terça-feira (17), dirigentes da FASUBRA Sindical estiveram presentes na audiência pública promovida pelo Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). A atividade integra os debates que visam à elaboração de uma proposta de reforma para o serviço público brasileiro.

A FASUBRA reforçou seu posicionamento em defesa do Estado brasileiro enquanto agente essencial para a garantia da cidadania e da justiça social. Segundo a entidade, a reforma administrativa não deve se basear exclusivamente em critérios fiscais ou na lógica do mercado, mas sim considerar o papel fundamental do Estado na oferta de serviços públicos onde o capital privado não alcança.

A entidade reitera que uma reforma administrativa responsável deve fortalecer a capacidade de atuação do Estado, especialmente nas regiões mais vulneráveis, sem depender da “caridade do capital”.

Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa

O GT da Reforma Administrativa foi criado no fim de maio pelo presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), e conta com representantes de todos os partidos. A coordenação dos trabalhos está sob responsabilidade do Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

O grupo tem até 45 dias para concluir seus trabalhos e apresentar um conjunto de propostas. A previsão é que as primeiras sugestões sejam divulgadas ainda na primeira quinzena de julho. A FASUBRA Sindical foi representada pelas coordenadoras gerais Cristina del Papa, Loiva Chansis e Ivanilda Reis, além das coordenadoras Rosângela Costa, Eurídice Ferreira, Gláucia Nunes e Crizolda Assis. A presença da entidade reafirma o compromisso do movimento sindical com o debate democrático e com a defesa de um serviço público de qualidade, acessível a toda a população.

FASUBRA PARTICIPA DA INSTALAÇÃO DO GT – PNES

Na tarde da segunda-feira, 23 de junho de 2025, foi realizada na sede do Ministério da Educação (MEC), em Brasília, a reunião de instalação do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela regulamentação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei 14.914/2024. O encontro marca um importante passo na consolidação de direitos para estudantes da educação superior pública, especialmente em um cenário de crescente inclusão nas universidades e institutos federais.

O GT é composto por representantes das diversas secretarias do MEC, da Associação Nacional

dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), além de entidades estudantis e de trabalhadores da educação, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e a FASUBRA Sindical.

A reunião ocorreu em formato híbrido, com a presença física do dirigente José Almiram e participações remotas das coordenadoras gerais da FASUBRA, Cristina del Papa e Ivanilda Reis, além do coordenador Marcelo Rosa. Na ocasião, as entidades presentes destacaram suas expectativas com a regulamentação da política, agora respaldada por uma lei federal, o que reduz o risco de descontinuidade por mudanças de governo.

Durante a reunião, foi apresentada a proposta de metodologia de trabalho do GT. As atividades seguirão até, no máximo, o fim de novembro, com encontros quinzenais e temáticas definidas a cada reunião. Entre os temas a serem debatidos estão moradia estudantil, alimentação, transporte e financiamento, aspectos fundamentais para garantir permanência e condições dignas para os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Ficou acordado que as entidades que integram o grupo deverão enviar suas propostas até o fim de setembro. A sistematização das contribuições será a base para definir a forma da regulamentação da Lei 14.914/2024, que poderá ocorrer por meio de um ou mais decretos presidenciais.

A criação e o trabalho deste GT representam uma conquista histórica para o movimento estudantil e para os trabalhadores da educação, ao fortalecer a política de assistência estudantil como um direito assegurado por lei e com perspectiva de estabilidade institucional.

A LUTA EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

É necessário que nós, trabalhadoras e trabalhadores das Instituições Públicas de Ensino (IPE) tenhamos atenção com a retomada do debate sobre a “Reforma Administrativa” a partir do Grupo de Trabalho (GT) na Câmara dos Deputados, sob o pretexto de “modernizar” o Estado brasileiro. Esta iniciativa, liderada agora pelo Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), representa uma reedição disfarçada da nefasta PEC 32/2020, apresentada por Paulo Guedes durante o governo Bolsonaro, cujo objetivo sempre foi precarizar o serviço público, enfraquecer o Estado e retirar direitos dos servidores e das servidoras.

O discurso falacioso de modernização que embasa essa nova ofensiva legislativa esconde um projeto político alinhado ao desmonte do Estado brasileiro e à submissão dos serviços públicos aos interesses do mercado. As propostas ventiladas — como flexibilização da estabilidade,

terceirizações, reestruturação de carreiras sem diálogo com as/os trabalhadoras/es, contratações precárias e meritocracia produtivista — não têm qualquer compromisso com a valorização do serviço público, tampouco com o bem-estar da população.

Este GT, inclusive, foi inicialmente idealizado por um representante da extrema direita, o deputado Zé Trovão (PL-SC), o que por si só já revela a natureza ideológica da iniciativa. A tentativa de apresentar a proposta sob nova roupagem, distanciando da proposta apresentada pela PEC 32/2020, busca iludir as trabalhadoras e os trabalhadores. Cabe a nós, nos somarmos à tarefa de expor publicamente o verdadeiro objetivo da proposta que será apresentada pelo GT que é a destruição de políticas públicas universais e a transferência das responsabilidades do Estado para o setor privado.

É fundamental denunciar que, mais uma vez, aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público que garantem a execução de direitos fundamentais como saúde, educação e assistência social — estão sendo utilizados como moeda de troca em negociações políticas com setores reacionários e antidemocráticos. Isso ocorre num momento em que o país ainda enfrenta as consequências do autoritarismo, negacionismo e o ultraliberalismo impostos pelo governo Bolsonaro de 2019 à 2022.

É muito importante que as entidades filiadas à FASUBRA atuem na construção e na articulação de fóruns estaduais e/ou municipais em defesa do serviço público e contra a reforma administrativa que destrói os serviços e as/os servidores/as. Para isso, é importante articular ainda em Julho uma reunião pública e convidar as entidades locais que representam as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal, estadual e municipal, **pois todos os segmentos dos servidores/as públicos serão afetados**. É importante convidar também os movimentos populares do campo e da cidade, bem como os movimentos estudantis e de juventude; para que nessa primeira reunião se articule a construção do Fórum que terá a tarefa de realizar atividades públicas, materiais de comunicação para diálogo com a população e ações unificadas nas cidades.

Os fóruns estaduais ou municipais que serão constituídos deverão intensificar a pressão sobre as/os parlamentares (deputadas/os e senadoras/es) nos estados com reuniões agendadas em nos gabinetes das/os respectivas/os parlamentares (ou reuniões em locais públicos) e atos nos aeroportos, cobrando posicionamento contrário à reforma administrativa. Além disso, é importante propor a realização de audiências públicas nas câmaras municipais e nas assembleias legislativas nos Estados; como instrumento de disputa política e ideológica dentro

da esfera estatal e da sociedade civil. Todas as manifestações formais possíveis das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas que chegarem para a Câmara Federal, serão importantes para fortalecer a luta contra a tramitação da proposta que será apresentada pelo GT presidida pelo Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

A FASUBRA Sindical informará os períodos cruciais que demandará o apoio das entidades filiadas com o envio de representação à Brasília, se possível, para ajudarem a pressionar os parlamentares em seus gabinetes. **O primeiro período será entre os dias 30 de junho de 2026 a 10 de Julho de 2026, período no qual intensificaremos as ações dentro do Congresso Nacional.**

A FASUBRA Sindical realizará atividades remotas de formação política sobre a Reforma Administrativa; e os Fóruns estaduais e/ou locais poderão reproduzir as atividades formativas nas localidades, ampliando a propagação de informações referentes aos perigos da Reforma Administrativa para as servidoras/es e ao serviço público;

Nesse sentido, a Federação conclama nossas entidades de base a se somarem à essas tarefas, para intensificarmos em conjunto com os movimentos sociais e as centrais sindicais a mobilização nas ruas, nas redes e nos locais de trabalho. Precisamos construir um grande movimento nacional em defesa dos serviços públicos, rejeitando categoricamente qualquer proposta que fragilize o funcionalismo público e comprometa o acesso da população a serviços públicos gratuitos e de qualidade. A defesa dos servidores é, acima de tudo, a defesa da democracia, da justiça social e da soberania nacional.

A FASUBRA seguirá na luta contra o neoliberalismo, pela unidade da classe trabalhadora e por um projeto de Estado que tenha o povo como prioridade. Nenhuma concessão a reformas que visam o retrocesso!

Brasília-DF, 25 de junho de 2025

Direção Nacional da FASUBRA Sindical

ATO MEC – 01 ANO SEM CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACORDO DE GREVE

Na manhã desta quinta-feira, 26 de junho de 2025, a FASUBRA Sindical promoveu um ato em frente ao Ministério da Educação (MEC), em Brasília, como parte do Dia Nacional de Lutas. A mobilização, aprovada durante a última Plenária Nacional da entidade, realizada entre os dias 12 e 15 de junho, marcou a véspera do aniversário de um ano da assinatura do Termo de Acordo que encerrou a histórica greve dos técnico-administrativos em

educação (TAEs) de 2024.

Apesar de o acordo ter sido firmado em 27 de junho de 2024, a FASUBRA denuncia que o compromisso assumido pelo governo federal ainda não foi implementado em sua totalidade, o que coloca em risco conquistas fundamentais da categoria.

Reivindicações e paralisações em todo o país

A data também foi marcada por paralisações em diversas Instituições Federais de Ensino (IFEs), em consonância com a orientação nacional da FASUBRA. As ações cobraram o cumprimento integral do acordo de greve, como o pagamento imediato do reajuste de 9% para profissionais médicos e médicas veterinárias vinculados ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), reposicionamento dos aposentados, RSC e 30 horas.

Além disso, os manifestantes exigiram a recomposição orçamentária das IFEs, que enfrentam cortes severos que comprometem seu funcionamento, e repudiaram a proposta de Reforma Administrativa, em discussão no Congresso Nacional, por meio de Grupo de Trabalho criado na Câmara dos Deputados.

Mobilização unificada da educação federal

O ato no MEC contou com a participação de outras entidades representativas da educação federal, como o Sinasefe e o ANDES-SN, além de representantes do movimento estudantil. Juntas, essas organizações lembraram o “aniversário” do Termo de Acordo como um símbolo da resistência e da luta pela valorização do serviço público e da educação pública de qualidade.

Em nota, a FASUBRA destacou a importância de ampliar a unidade entre os setores da educação federal. A orientação é que as seções sindicais intensifiquem os diálogos com outras entidades, promovam reuniões e organizem novas ações conjuntas para pressionar o governo e o Congresso Nacional.

“O dia 26 de junho já é uma luta conjunta e unificada. Precisamos aproveitar esse momento para acumular forças e avançar na construção da unidade na luta com os setores da educação federal e demais servidores públicos”, declarou a direção nacional da FASUBRA.

Próximos passos

A mobilização desta quinta-feira é vista como um marco para a retomada da pressão política em defesa do serviço público e das pautas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. A FASUBRA segue atenta às movimentações do governo e do parlamento, alertando que não hesitará em adotar novas medidas de pressão caso as reivindicações da categoria continuem sendo ignoradas.

Pelo cumprimento integral do acordo de greve!

Contra a Reforma Administrativa!

Pela imediata recomposição do orçamento das Instituições Federais de Ensino!

Seminário sobre a Reforma Administrativa e o Encontro Jurídico – FASUBRA Sindical

Nestes dias 10 e 11 de julho de 2025, os temas a serem discutidos são:

- Reforma Administrativa e seus desdobramentos
- Pendências do Acordo de Greve (Carreira: Enquadramento; Aposentados; RSC; Aceleração da Progressão; Racionalização; Absorção do VBC; Reajuste dos médicos e médicos veterinários);
- Decisão na ADI 2135 e o Fim do RJU;
- Convenção nº 151 da OIT e Negociação Coletiva no Serviço Público;
- Racionalização da Carreira;

O evento será híbrido, podendo a entidade optar pela participação presencial e/ou on-line. As entidades de base poderão credenciar seus representantes até o dia 04 de julho de 2025.

CALENDÁRIO

JUNHO

26

Dia Nacional de Luta, com paralisação, por recomposição orçamentária das IFE e contra a Reforma Administrativa

30 a 10/07

Mobilização em Brasília, contra a Reforma Administrativa, conforme orientação da FASUBRA

JULHO

09 e 10

Seminário Internacional da CEA – Brasília/DF

10 e 11

Encontro Jurídico e Seminário para discutir a decisão do STF sobre regimes e contratações (híbrido)

17

Reunião virtual da Direção Nacional

18 e 19

Plenária virtual da FASUBRA – Avaliação das ações de combate à Reforma Administrativa

AGOSTO	
13 e 14	Reunião da Direção Nacional
15, 16 e 17	Plenária Nacional da FASUBRA
SETEMBRO	
19	5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (V CONAPIR)
26, 27 e 28	Seminário sobre Assédio Moral e Sexual
29 a 01/10	5ª Conferência de Políticas para as Mulheres
OUTUBRO	
06 a 10	XXXI Seminário Nacional da Segurança das IPES e EBTTS
23, 24 e 25	XII Encontro Nacional de Aposentados
NOVEMBRO	
22, 23 e 24	Encontro Nacional de Negras e Negros
25	Marcha Nacional das Mulheres Negras